



**Universidade de Aveiro** Departamento de Economia, Gestão e Engenharia Industrial  
2012

**Cindy Sofia dos  
Santos Alves  
Ribeiro Sabença**

**Pobreza e Desigualdade em Portugal**



**Cindy Sofia dos  
Santos Alves  
Ribeiro Sabença**

## **Pobreza e Desigualdade em Portugal**

Dissertação apresentada à Universidade de Aveiro para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Economia, realizada sob a orientação científica da Doutora Maria Elisabeth Teixeira Pereira e Rocha, Professora Auxiliar do Departamento de Economia, Gestão e Engenharia Industrial da Universidade de Aveiro.

Dedico este trabalho à minha família e namorado, pelo total apoio dedicado.

## **o júri**

Presidente

Prof. Doutor Antonio Miguel Amoedo Lebre de Freitas  
Professor Auxiliar da Universidade de Aveiro

Prof. Doutora Marta Alexandra da Costa Ferreira Dias  
Professora Auxiliar da Universidade de Aveiro

Prof. Doutora Maria Elisabeth Teixeira Pereira e Rocha  
Professora Auxiliar da Universidade de Aveiro

## **agradecimentos**

Para que fosse possível elaborar esta dissertação, preciso agradecer a algumas pessoas:

À minha orientadora pelo apoio constante durante a realização do trabalho.

Aos meus amigos mais próximos que me ajudaram a ultrapassar os problemas e me forneceram apoio incondicional.

Ao meu namorado Pedro pela força, paciência, compreensão e apoio sem os quais não teria conseguido.

À minha família que me apoiou e ajudou ao longo do meu percurso académico e especialmente nesta fase final do Mestrado.

**palavras-chave**

Portugal, Pobreza, Desigualdade, Privação Material, Determinantes de Pobreza.

**resumo**

A conjuntura económica atual levanta questões sobre a condição de vida e bem-estar da sociedade, obrigando a uma reflexão aprofundada sobre a Pobreza e Desigualdade em Portugal. Este estudo tem como objetivo caracterizar a situação portuguesa e apresentar quais os determinantes da Pobreza em Portugal. Para tal é utilizada a base de dados estatísticos do Eurostat não só para a caracterização da sociedade portuguesa num contexto europeu, como também para desenvolver um modelo de estimação linear para averiguar os determinantes da pobreza em Portugal, no período de 2002 a 2010. Os resultados mostram um país com elevada Desigualdade e Pobreza comparativamente à União Europeia, onde o PIB per capita, a desigualdade e a percentagem de população jovem levam a uma diminuição da taxa de pobreza.

**keywords**

Portugal, Poverty, Inequality, Material Deprivation, Poverty Determinants

**abstract**

The present economic crisis raises questions about the living conditions and well-being of portuguese society, imposing a need to study Poverty and Inequality in Portugal. This study has the purpose to describe the Portuguese situation and to bring forward the Portuguese poverty determinants. The data was obtained from Eurostat's statistics database , not only for the description of the Portuguese society in an European context, but also for the development of a linear estimation model for the poverty determinants in Portugal, from 2002 to 2010. Results show a country with high inequality and poverty, when compared to the European Union, where GDP per capita, inequality and the percentage of young population lead to a decrease in the poverty rate.

## Índice

Índice de Tabelas .....	2
Índice de Gráficos .....	3
Siglas e Acrónimos .....	4
1 - Introdução .....	5
2 - Revisão de Literatura .....	9
2.1 - Importância da definição e medida da Pobreza .....	9
2.2 - Análise da Pobreza .....	11
2.3 - Estudo sobre a Pobreza e Riqueza em Portugal .....	16
2.4 - Pobreza Monetária e Privação Material .....	22
2.5 - Pobreza e Desigualdade .....	24
3 – Dados e Metodologia .....	29
3.1 - Caracterização da Situação Portuguesa .....	29
3.2 - Análise Empírica – modelo e estimação .....	33
3.3. - Resultados Estimação .....	34
4 - Conclusão .....	39
Bibliografia .....	41
ANEXOS .....	47



## **Índice de Tabelas**

Tabela 1 – Resumo dos Principais estudos sobre a Pobreza .....	14
Tabela 2 – Conclusões estudo de Rodrigues (2003) .....	18
Tabela 3 – Indicadores de Privação Material .....	24
Tabela 4 – Resultados da Estimação OLS do modelo (2) .....	34
Tabela 5 – Distribuição dos Rendimentos por Quartis .....	36

## Índice de Gráficos

Gráfico 1 – Evolução do PIB <i>per capita</i> real .....	30
Gráfico 2 – Evolução da População com mais de 65 anos.....	31
Gráfico 3 – Evolução da População Infantil .....	31
Gráfico 4 – Evolução da Taxa de Pobreza .....	32
Gráfico 5 – Evolução do Coeficiente de Gini .....	32

## **Siglas e Acrónimos**

DW: Durbin-Watson

ESS – *European Statistical System*

EU-SILC: *European Union Statistics on Income and Living Conditions*

FGT: Foster-Greer-Thorbecke

HCR: *Head Count Ratio*

IDH: Índice de Desenvolvimento Humano

OLS: *Ordinary Least Squares*

PG: *Poverty Gap*

PIB: Produto Interno Bruto

UE: União Europeia

UNDP: *United Nations Development Program*

### 1 - Introdução

A presente dissertação foi realizada no âmbito da unidade curricular Dissertação/Tese/Relatório de Estágio, integrada no Mestrado em Economia, com especialização em Finanças, correspondente ao 2º Ciclo de Bolonha, do Departamento de Economia, Gestão e Engenharia Industrial (DEGEI), da Universidade de Aveiro.

O desenvolvimento da Economia Social, impulsionado pela situação atual da economia mundial tem motivado a necessidade de aprofundar o conhecimento sobre a pobreza, os seus determinantes e possíveis soluções. Ter noção da situação portuguesa é essencial perante a União Europeia (UE) e perante as decisões nacionais em como diminuir a pobreza e a desigualdade. No entanto, o que entendemos por pobreza? Temos noção da sua importância na definição de medidas e programas de ajuda do Estado, tal como temos noção da necessidade de definir a pobreza como forma de perceber onde e como atuar. No entanto, a definição de pobreza tem evoluído ao longo dos tempos, tendo iniciado como um simples conceito monetário, sendo atualmente vista como uma realidade multidimensional.

Na década de 1970 os pressupostos base das principais medidas de pobreza utilizadas (linha de pobreza e “*head-count-ratio*”) começaram a ser criticados, levando a uma nova fase nos estudos sobre a Pobreza em várias abordagens. De acordo com Fusco (2003) estas abordagens podem ser divididas em duas principais direções:

- A primeira, seguindo o trabalho de Sen (1976), segue uma abordagem axiomática para a medição da pobreza. Esta direção trouxe um elevado número de indicadores matemáticos, dos quais conseguimos obter informações sobre o predomínio e intensidade da pobreza e ainda a desigualdade entre os pobres numa única medida escalar;
- A segunda baseia-se numa visão mais compreensiva da pobreza. Nesta direção a pobreza é vista como visando várias dimensões tendo, deste modo, de ser lidada de forma multidimensional. Esta variedade de dimensões inclui a abordagem de exclusão social de Lenoir (1974), o trabalho de Townsend (1979), a abordagem de

funções e capacidades de Sen (1980), o índice de Pobreza Humana da UNDP<sup>1</sup> (1990, 1997, 1998) e a abordagem “*fuzzy set*” aplicada à pobreza, tendo sido grandemente aplicada a estudos em Itália (Cerioli e Zani, 1990; Martinetti, 1994; Cheli e Lemni, 1995).

Deu-se assim uma evolução do conceito de pobreza, passando de uma realidade unidimensional para uma realidade multidimensional. Esta evolução deu-se pela tomada de conhecimento de duas realidades (Bossert, Chakravarty e D’Ambrosio, 2009):

1- o bem-estar do homem (tal como a desigualdade e a pobreza) depende de várias dimensões da vida humana, de entre as quais se considera habitação própria, educação, esperança de vida, e rendimento (sendo esta apenas uma das dimensões).

2- o reconhecimento que a análise da pobreza apenas pelo rendimento como variável de análise é limitativo, visto não considerar os recursos não monetários obtidos pelas famílias, como é o caso do apoio dos familiares e amigos.

Deste modo, atualmente a noção de que a pobreza é uma realidade complexa, com várias dimensões a serem analisadas, e generalizada, como tal, o seu estudo requer analisar de forma aprofundada a realidade em questão, não só em termos de rendimento, como também de desigualdade e ainda em termos sociais. Outra dimensão da pobreza que tem ganho cada vez mais importância é a vertente material da pobreza (privação material) devido à importância em verificar de que forma as pessoas são afetadas pela incapacidade em atingir um certo nível de vida aceite socialmente.

As várias técnicas desenvolvidas na análise da pobreza são apresentadas neste estudo, bem como a importância da sua definição. De entre as técnicas existentes, a criação de mapas de pobreza tem sido a mais utilizada permitindo assim uma caracterização da região ou país de estudo bastante aprofundada. No entanto, esta medida de análise da pobreza não permite a obtenção de um modelo explicativo para o fenómeno, mas sim uma caracterização da situação. O presente estudo tem por objetivo principal estudar os determinantes da pobreza, e para tal a criação de um mapa de pobreza não seria suficiente. Deste modo, e seguindo o trabalho de Addison (2007) e Adisa (2012) verificou-se que

---

<sup>1</sup> UNDP – *United Nations Development Program*

também é possível analisar a pobreza por meios econométricos, criando assim um modelo explicativo dos seus determinantes. É no entanto importante salientar que uma caracterização da sociedade a ser estudada é essencial para perceber os determinantes da pobreza, pelo que neste estudo pretendo não só caracterizar a sociedade portuguesa, como também estimar quais os determinantes da pobreza e de que modo influencia os níveis de pobreza em Portugal.

Perceber a Pobreza implica também perceber a desigualdade e a razão de esta existir, de forma a saber como a combater. De facto, diferentes níveis de pobreza e riqueza, levam a situações de desigualdade, que podem existir não só entre os mais carenciados e os mais ricos, como também dentro dos vários grupos da sociedade. A relação entre pobreza e desigualdade é também uma área abrangida neste estudo, sendo apresentados vários estudos sobre o tema.

Existem vários estudos de pobreza, desigualdade e riqueza sobre Portugal, sendo que alguns estudos referem Portugal conjuntamente com outros países nos seus estudos ao nível Europeu. De uma maneira geral todos os estudos concordam com o facto de Portugal ser um dos países europeus com níveis de pobreza e desigualdade mais elevados, sendo ainda referida a existência de situações de pobreza crónica e persistente, mesmo apesar das melhorias existentes nos últimos anos. Estes estudos são mencionados no Capítulo 2, de modo a obtermos uma visão aprofundada da realidade portuguesa.

A Economia enquanto ciência social tem como principal objetivo não só compreender mas também melhorar o bem-estar da sociedade, e como tal, a análise da pobreza e desigualdade permitem clarificar e aprofundar a noção de bem-estar de Portugal, interna e externamente em comparação com outros países. Caracterizar a sociedade portuguesa e complementar esse conhecimento com a perceção dos determinantes da pobreza permite obter novos conhecimentos sobre aquilo que pode e deve ser melhorado, abrindo caminho para novos estudos ainda mais aprofundados sobre o tema, que permitam encontrar soluções cada vez mais eficientes para a pobreza e a desigualdade em Portugal, permitindo assim uma melhoria do bem-estar da população portuguesa e incentivando ao desenvolvimento económico do país.

Neste estudo pretendo caracterizar a sociedade portuguesa em termos de pobreza, desigualdade e riqueza, desenvolvendo ainda um estudo empírico dos determinantes de pobreza em Portugal, tendo por base os estudos de Addison (2007) e Adisa (2012).

Esta dissertação encontra-se dividida em quatro capítulos. Após a introdução ao tema abordado no presente capítulo; no Capítulo 2 realiza-se a Revisão de Literatura dividida em cinco subcapítulos, sendo eles a Importância da Definição da Pobreza, a Análise da Pobreza, o Estudo sobre a Pobreza e Riqueza em Portugal, Pobreza Monetária e Privação Material e Pobreza e Desigualdade. O Capítulo 3 refere-se a Dados e Metodologia, dividindo-se em três subcapítulos, sendo estes a Caracterização da Sociedade Portuguesa, a Análise Empírica – Modelo e Estimação e Resultados da Estimação. Por último, o Capítulo 4 apresenta as conclusões obtidas do estudo.

## **2 - Revisão de Literatura**

### **2.1 - Importância da definição e medida da Pobreza**

A definição de Pobreza é essencial para que seja possível criar uma medida que permita criar programas de ajuda do Estado às populações mais carenciadas; que permita entender o que provoca a pobreza e de que modo é possível combatê-la; e ainda que permita perceber até que ponto as políticas de ajuda social tiveram ou não o impacto desejado aquando da sua realização. No entanto, devido à natureza multidimensional da pobreza, como será visto mais à frente, a noção de Pobreza tem sofrido várias definições ao longo dos tempos. Para Ravallion (1992) a razão mais importante para medir a pobreza é a de permitir a realização de comparações entre regiões e entre países. Estas comparações podem ser do âmbito qualitativo (comparação de indicadores sociais) ou quantitativo (comparação das várias medidas de pobreza). Dependendo das razões que nos levam a fazer uma comparação de pobreza, é possível utilizar apenas um dos tipos de análise, ou ambas, tornando assim a análise mais completa.

De acordo com os estudos efetuados sobre este tema, a pobreza pode ser definida de muitas formas devido à sua natureza multidimensional<sup>2</sup>. Inicialmente, a pobreza era analisada como a simples incapacidade financeira pelo que a sua medição era com base na análise ao rendimento ou consumo das famílias. No entanto e com o passar do tempo foi possível verificar que esta visão monetarista não era suficiente para analisar a situação de pobreza nas sociedades. Assim sendo, para além da incapacidade financeira, um indivíduo pode ser caracterizado como pobre por não ser capaz de obter um nível de vida socialmente aceite em termos monetários, educacionais, culturais, de saúde e de bens materiais. Para além disto, a pobreza está também relacionada com a exclusão social, pois sendo incapaz de obter um nível socialmente aceite, os indivíduos acabam por não conseguir participar na sociedade da mesma maneira que a restante população considerada não-pobre.

Para Boltvinik (1998) a pobreza pode ser analisada através de medidas diretas e indiretas, isto é, através da observação direta das necessidades não satisfeitas ou da observação dos

---

<sup>2</sup> Estudos que reconhecem a pobreza como multidimensional: Basarir (2008); Boltvinik (1998); Bossert et al. (2009); M. Costa (2003); Deichmann (1999); Lok-Dessallien (1999); Mowafi (2004); Ravallion (1992); Rodrigues (1999); Sen (1976); Waglé (2008), (Baruah, 2009), Blackwood e Lynch (1994), Cavatassi, Davis e Lipper (2004), Laderchi e House (2000), Petrucci, Salvati e Seghieri (2004), Suryahadi, Sumarto e Pritchett (2000)



recursos consumidos, respetivamente. Esta última abordagem (indireta) consiste em comparar um determinado nível de rendimentos (ou consumo), designado por linha de pobreza, com o rendimento verificado da família. Indivíduos com rendimentos abaixo da linha de pobreza são considerados pobres. A pobreza é facilmente medida em termos monetários, enquanto indicadores sociais são usados lado-a-lado nas análises. Algumas medições alternativas à dimensão monetária têm surgido para a medição da pobreza, bem-estar e desenvolvimento, tendo como ponto de partida a noção de que não existe uma medida única para estas realidades, pelo que se adota uma visão multidimensional.

Sobre as linhas de pobreza Ravallion e Lokshin (2006) realizaram um estudo sobre a consistência das linhas de pobreza, apresentando a vertente teórica por trás da sua definição, bem como os métodos entrada de alimento e energia (*“food-energy-intake”*) e custo de bens essenciais, finalizando com um estudo sobre o caso Russo. Os autores concluem que o método mais comumente usado (rendimento ao qual são satisfeitas as necessidades de alimentação e energia pré-determinados) não é o mais consistente em termos de utilidade, nem em termos de um sentido mais abrangente de funcionalidades. Deste modo, para Ravallion e Lokshin (2006), o melhor método para a obtenção de uma linha de pobreza útil e consistente é o método do custo dos bens essenciais. Fica no entanto a tomada de consciência que o mais utilizado é a atribuição de uma linha de pobreza com base num rendimento mínimo necessário para satisfazer um mínimo pré-estabelecido de alimentos.

Estas realidades de pobreza também podem ser designadas como privação fisiológica<sup>3</sup> e sociológica<sup>4</sup> (Lok-Dessallien, 1999). De facto, um indivíduo considerado pobre encontra-se privado de grande parte dos bens e serviços considerados socialmente aceites, visto ter o seu leque de escolhas limitado à sua realidade. A caracterização da pobreza como privação material surge em vários estudos, como por exemplo: em Osmani (1981), e Bossert et al. (2009).

Vários estudos dividem a pobreza entre relativa e absoluta (Blackwood e Lynch (1994), Lok-Dessallien (1999), Ravallion (1992) e Bellù e Liberati (2005)). Para Bellù e Liberati

---

<sup>3</sup> Falta de rendimentos, comida, vestuário e abrigo

<sup>4</sup> Desigualdades estruturais devido disparidades nos sistemas de distribuição

(2005), o conceito de pobreza absoluta refere-se ao padrão de vida definido em termos absolutos, considerando para a sua medição um certo nível de determinado bem considerado mínimo de sobrevivência (por exemplo: valor de rendimento considerado mínimo para a sobrevivência). Por outro lado, o conceito de pobreza relativa refere-se ao padrão de vida definido em relação à situação da restante população. Neste sentido, a pobreza é vista como um fenómeno da desigualdade, pois considera que nem todos os indivíduos têm o mesmo, havendo quem tenha mais do que precisa, e quem não tenha o mínimo necessário (os pobres). Este conceito permite assim analisar alterações nas condições económicas e sociais dentro de um país. A grande desvantagem nesta abordagem é que se considerarmos que a pobreza é definida por uma percentagem fixa de determinado indicador de distribuição de rendimento, será impossível erradicar a pobreza a não ser que a distribuição de rendimento seja totalmente equitativa.

O estudo de Lok-Dessallien (1999) divide ainda a pobreza como sendo objetiva ou subjetiva. A pobreza objetiva, normalmente designada por abordagem de bem-estar, envolve julgamentos normativos sobre o que constitui a pobreza e sobre o que é necessário para retirar as pessoas de esse estado de empobrecimento. Por outro lado, a definição de pobreza subjetiva tem em consideração as preferências das pessoas, considerando assim o valor que os indivíduos dão aos bens, dando assim importância à vertente de utilidade sentida pelos indivíduos. Tradicionalmente as medidas de pobreza baseiam-se na abordagem objetiva, mas cada vez mais se tem dado importância às preferências dos indivíduos, pelo que têm aumentado o número de medidas de pobreza com avaliação participativa dos pobres. Ambas abordagens capturam aspetos diferentes da pobreza, pelo que nem um nem o outro podem ser considerados errados.

## **2.2 - Análise da Pobreza**

Uma forma de análise da pobreza consiste na criação de mapas de pobreza (Cavatassi et al., 2004; Petrucci et al., 2004). O principal objetivo desta didática é a identificação espacial dos pobres, permitindo assim criar variáveis que podem ser usadas em análises estatísticas onde a pobreza é uma variável dependente. No estudo de Cavatassi et al (2004) mencionam a existência de 2 métodos de mapeamento de pobreza: Análise Fatorial dos

Componentes Principais<sup>5</sup> e Estimação de Pequenas Áreas<sup>6</sup> (“*Small Area Estimation*”). A metodologia mais usada tem sido a de Estimação de Pequenas Áreas.

Bantilan et al (1992) criticam a utilização de medidas tradicionais, considerando: (1) que os rendimentos obtidos por inquérito são muitas vezes subestimados, (2) que a pobreza é multidimensional e como tal indicadores complementares devem ser utilizados, (3) a existência de uma transição gradual de extrema pobreza para estados de riqueza, e (4) que o rendimento em si é um conceito vago. Como solução, os autores propõem a utilização da Teoria Fuzzy, visto esta fornecer uma nova abordagem para o uso das variáveis económicas tradicionais, como o rendimento ou o consumo, criando assim uma nova medida de pobreza. Nesta medida, o conceito de pobreza parcial é inserido nesta medida visto considerar que um indivíduo pode ser parcialmente pobre, e considera ainda a transição/evolução gradual do estado de pobreza para um estado de riqueza. Considera também a multidimensionalidade da pobreza.<sup>7</sup>

Apesar da natureza multidimensional da pobreza, existem estudos (como por exemplo Ferreira, 2004) que adotam a perspetiva monetária na determinação de situações de pobreza, tendo como justificação teórica a abordagem dos direitos sociais mínimos, na qual se inclui o direito a um rendimento mínimo essencial. Deste modo, é justificável considerar como pobre o indivíduo que não detenha esse mesmo rendimento mínimo (isto é, que fique abaixo de uma determinada linha de pobreza). Um outro exemplo da opção de uma abordagem monetarista apesar da multidimensionalidade da pobreza é o estudo de Laderchi e House (2000), cuja decisão se baseou na possibilidade de esta abordagem poder ser objetivamente calculada.

Existem também estudos que realizam estimações dos determinantes de pobreza através da criação de um modelo econométrico, como é o caso de Addison (2007) e Adisa (2012). No primeiro estudo mencionado, são criados 3 modelos de estimação para analisar os

---

<sup>5</sup> *Principal Components Analysis* – análise fatorial baseada numa técnica estatística de redução de um determinado número de variáveis pela extração da combinação linear que melhor descreve as variáveis, transformando-as num índice. Dependendo das variáveis escolhidas, o índice de pobreza obtido pode fornecer um indicador multidimensional da pobreza ao nível comunitário.

<sup>6</sup> *Small Area Estimation* – técnica estatística que combina dados de inquéritos e de censos para estimar o bem-estar ou qualquer outro indicador em unidades geograficamente desagregados (como comunidades rurais).

<sup>7</sup> Outros estudos que utilizaram a Teoria Fuzzy para a medição da Pobreza: Dagum (2002) e Miceli (1998).

determinantes não só da pobreza mas também da desigualdade, e ainda para analisar a possibilidade de uma relação simultânea entre ambos, na região de West Virginia. No caso do estudo de Adisa (2012), para além da estimação dos determinantes da pobreza, é também calculada a medida de pobreza de Foster-Greer-Thorbecke para verificar o impacto da pobreza na província de Sardauna (Nigéria). Outro tipo de análise empírica baseia-se na criação de modelos probabilísticos (como o Logit e o Probit) para verificar a probabilidade de pobreza baixo determinados indicadores (Alves, 2009, Crespo, Moreira e Simões, 2011, Petrucci et al, 2004).

Neste estudo pretendo não só caracterizar a sociedade portuguesa em termos de pobreza, desigualdade e riqueza, mas também desenvolver um estudo empírico dos determinantes de pobreza em Portugal, tendo por base os estudos de Addison (2007) e Adisa (2012), como será apresentado na secção de metodologia.

Na tabela 1, abaixo apresentada, exponho um resumo dos principais estudos sobre a pobreza, indicando de forma sucinta os conteúdos dos estudos, e as metodologias utilizadas.

**Tabela 1 – Resumo dos principais estudos sobre a Pobreza:**

Autor( es)	Conteúdo do Estudo	Metodologia do Estudo
<b>Sen (1976)</b>	Apresenta uma abordagem ordinal para a medição da pobreza e comparação de níveis de bem-estar.	Análise Teórica (apresentação da medida – metodologia)
<b>Osmani (1981)</b>	Revê os principais conceitos na análise e medida da pobreza.	Análise Teórica.
<b>Ravallion (1992)</b>	Apresenta os conceitos e métodos de análise da pobreza, fornecendo exemplos da aplicação dos métodos para alguns países como a Indonésia.	Análise Qualitativa.
<b>Blackwood e Lynch (1994)</b>	Estudo das medidas mais importantes de pobreza e desigualdade (linha de pobreza, medidas de pobreza e rendimento absolutos e relativos).	Análise Teórica das várias medidas.
<b>Boltvinik (1998)</b>	Revisão de conceitos na definição de pobreza e suas dimensões e classificação (teórica) de 3 metodologias diferentes para a medida de pobreza: linha de pobreza (linha de rendimentos), insatisfação de bens essenciais e combinação das duas últimas abordagens.	Análise Teórica dos conceitos e metodologias.
<b>Rodrigues (1999)</b>	Fornece uma visão mais abrangente sobre a distribuição de rendimentos e o nível de desigualdade e pobreza em Portugal. Para tal calcula medidas de pobreza e desigualdade, procedendo depois a uma caracterização das famílias portuguesas em situação de pobreza monetária.	Análise Quantitativa (análise aos indicadores dados pelo <i>European Community Household Panel</i> e o <i>Household Budget Survey</i> , e cálculo das medidas de pobreza e desigualdade).
<b>Lok-Dessalien (1999)</b>	Apresenta uma revisão aos conceitos e medidas de pobreza, revelando a característica multidimensional da pobreza.	Análise Teórica dos conceitos e medidas.
<b>Deichman (1999)</b>	Apresenta a importância do estudo da pobreza e desigualdade através dos mapas de pobreza, revendo os conceitos mais importantes sobre esta matéria (bases de dados, indicadores e utilidade dos mapas de pobreza).	Análise Teórica.
<b>Laderchi (2000)</b>	Apresenta a abordagem monetária na medida da pobreza (conceitos, técnicas e metodologias).	Análise Teórica.
<b>Fusco (2003)</b>	Apresenta as abordagens unidimensional e multidimensional para a medida de pobreza, introduzindo a teoria <i>Fuzzy</i> como uma abordagem multidimensional. Aplicação da abordagem <i>Fuzzy</i> à UE e indicação das melhores políticas a ser desenvolvidas para reduzir a pobreza com base numa abordagem multidimensional.	Análise Empírica (Teoria <i>Fuzzy</i> )
<b>Costa (2003)</b>	Comparação entre a abordagem unidimensional (através de rendimento observável) e a abordagem multidimensional (baseada em indicadores de base económica, social, demográfica e cultural). Para tal realiza uma análise às correlações das classificações dos pobres, demonstrando como as duas abordagens indicam a presença e dois tipos diferentes de habitações pobres.	Análise Empírica (Análise de correlações das duas metodologias tendo como base a UE).
<b>Mowafi (2004)</b>	Revê os métodos mais proeminentes no estudo da pobreza: pobreza monetária, pobreza humana, capacidades e abordagens participativas.	Análise Teórica.
<b>Cavatassi, Davis e Lipper (2004)</b>	Descrição dos dois métodos possíveis na construção de mapas de pobreza (análise dos componentes principais e estimação de pequenas áreas) seguida da apresentação de uma medida temporal de pobreza espacialmente explícita e desagregada nacionalmente (aplicado à Costa Rica).	Análise Empírica com a análise de uma regressão multivariada.

<b>Ferreira (2004)</b>	Analisa os principais aspetos da dinâmica de rendimentos e da persistência de situações de pobreza monetária em Portugal através da análise da distribuição de rendimentos e ainda através do desenvolvimento e aplicação de medidas de mobilidade e inércia da distribuição de rendimentos e ainda de incidência, duração e rotação das situações de pobreza monetária.	Análise Empírica (distribuição de rendimentos e cálculo das medidas apresentadas em Portugal).
<b>Petrucchi (2004)</b>	Aplica uma análise espacial para determinar quais as variáveis que afetam a pobreza das famílias e estima o número de pobres em determinadas áreas-alvo.	Análise Empírica (estimação espacial – modelo de regressão autológica)
<b>Bellù e Liberati (2005)</b>	Aborda os temas de pobreza absoluta VS pobreza relativa, a variabilidade temporal e geográfica da pobreza e a relação entre pobreza e segurança alimentar.	Análise Qualitativa (Teórica)
<b>Ferreira (2005)</b>	Analisa a extensão à qual as políticas sociais resolvem a pobreza crónica nos países do sul da União Europeia. Para tal, caracterizam e comparam Grécia, Itália, Portugal e Espanha ao resto da EU com base em indicadores sociais, de pobreza e de desigualdade.	Análise Qualitativa aos indicadores.
<b>Basarir (2008)</b>	Analisa a pobreza de várias perspetivas de modo a entender de que forma se podem reduzir as situações de privação em África do Sul. Reconhecimento da multidimensionalidade da pobreza.	Cálculo das medidas de pobreza Foster-Greer-Thorbecke, Anand-Sem e Alkire-Foster para África do Sul e comparação dos resultados das várias medidas.
<b>Bossert, Chakravarty e D'Ambrosio (2009)</b>	Analisa a medida multidimensional da pobreza e privação material apresentando o índice multidimensional mais popular: média da soma ponderada das falhas de funcionamento ( <i>average weighted sum of functionings failures</i> ). Analisa a privação material na UE com base neste índice.	Apresentação do índice e cálculo do mesmo para a UE.
<b>Rodrigues e Andrade (2010)</b>	Analisa a implicação do uso simultâneo de indicadores da pobreza monetária e da privação material para caracterizar os indivíduos e habitações mais vulneráveis em Portugal. Primeiro realizam uma análise da pobreza monetária e da privação material em separado (através da análise da intensidade e incidência da pobreza e da privação e ainda, analisando os indicadores de privação). Depois comparam os resultados de pobreza monetária e privação material para os mesmos segmentos de rendimento da sociedade. Por fim analisam a pobreza e privação material nas diferentes categorias da sociedade.	Análise Qualitativa às medidas de pobreza e privação material.
<b>Crespo, Moreira e Simões (2011)</b>	Propõem uma abordagem integrada para a medida de desigualdade, pobreza e riqueza. Apresentam um conjunto de indicadores simples, neutros e com possibilidade de decomposição, e ainda que permitem uma interpretação económica concreta para os resultados obtidos. As medidas propostas foram aplicadas à economia Portuguesa	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Cálculo das medidas de pobreza, desigualdade e riqueza desenvolvidas no estudo;</li> <li>- Decomposição regional dos indicadores de desigualdade, pobreza e riqueza;</li> <li>- Modelo Logit para estimação da probabilidade de pobreza ou riqueza (ou pertença à classe média) com base nas características das habitações.</li> </ul>

Elaboração própria.

### **2.3 - Estudo sobre a Pobreza e Riqueza em Portugal**

Alguns estudos realizados sobre Pobreza analisaram a situação portuguesa (Alves, 2009, Crespo et al, 2011, Ferreira, 2004, Rodrigues, 1999, Rodrigues e Andrade, 2010), outros incluíram Portugal nos estudos aos países da UE (Costa, 2003, Ferreira, 2005, Fusco, 2003, Peichl, Schaefer e Scheicher, 2010). Na última década, foram desenvolvidos alguns estudos, sendo que os resultados sobre a situação de pobreza em Portugal têm vindo a melhorar desde 2000. De maneira geral, todos os estudos estão em consonância quando indicam que Portugal é dos países mais pobres da UE, mantendo de maneira geral as mesmas características das situações de pobreza, mostrando assim a existência de uma pobreza crónica e persistente, apesar da evidência de uma melhoria nos últimos anos.

Por seu lado, Rodrigues (1999) desenvolveu um estudo com o objetivo de fornecer uma visão mais abrangente da distribuição de rendimentos e desigualdade em Portugal. Neste estudo verifica-se que na sociedade portuguesa existe de um baixo nível de rendimento relativo para os mais pobres, sendo este de cerca de  $\frac{1}{4}$  do rendimento médio. Para além disto verifica-se que as famílias de idosos e famílias de pais solteiros com crianças abaixo dos 16 anos são as que têm menor rendimento médio por adulto. Em termos da caracterização geográfica da pobreza em Portugal, verifica-se que a região de Lisboa e Vale do Tejo tem o rendimento médio mais elevado, mostrando assim a importância do ambiente onde as famílias estão instaladas (sendo que o rendimento médio equivalente das famílias em ambientes urbanos é duas vezes superior ao existente em ambientes rurais). Outra realidade verificada é a de que as habitações com rendimentos médios mais baixos são as que detêm como maior fonte de rendimentos as transferências sociais e pensões. Por último, verifica-se que todas as medidas de desigualdade mostram elevados níveis de desigualdade na sociedade portuguesa. Em termos da caracterização de pobreza monetária em Portugal, verifica-se que em 1994 cerca de 24% da população sofria este tipo de pobreza, sendo os mais pobres as famílias identificadas com os menores rendimentos médios (idosos, pais solteiros, casais com três ou mais crianças e habitações cuja principal fonte de rendimento são as transferências sociais), tendo estas as condições económicas mais frágeis. Em termos regionais verifica-se que as regiões com maior pobreza monetária são a zona Norte e as regiões autónomas da Madeira e dos Açores. Verifica-se também que as zonas rurais são as que detêm maior percentagem de pobreza monetária.

Rodrigues (2001) desenvolveu um estudo com o objetivo de estimar o impacto do rendimento mínimo garantido na distribuição de rendimentos, bem como avaliar a sua eficácia e eficiência contra a pobreza e exclusão social. O autor mostra que este programa tem um impacto pequeno mas positivo na redução da desigualdade e pobreza, sendo mais eficaz na redução da intensidade e severidade da pobreza. Em termos da eficiência deste programa, verifica-se que 82% das transferências do rendimento mínimo garantido contribuíram efetivamente para a redução do intervalo de pobreza (*poverty gap*).

Fusco (2003) realizou um estudo a alguns países europeus calculando o *Head – Count Ratio* (HCR), o intervalo de pobreza (PG - *Poverty Gap*), a linha de pobreza (*poverty line*) e o índice de Sen no ano de 2000. Desta análise é possível caracterizar Portugal como sendo o país com a linha de pobreza mais baixa, elevada taxa de pobreza e desigualdade (HCR de 20.83%), elevado intervalo de pobreza (PG de 6.21%) e ainda um elevado nível de severidade de pobreza (índice de Sen de 8.77%). De uma maneira geral, o autor conclui que os países do Sul da Europa (como Portugal e Grécia) são os mais pobres em comparação com o resto da Europa. No mesmo ano, Costa (2003) desenvolveu um estudo empírico aos países da União Europeia considerando tanto a abordagem unidimensional como a multidimensional da pobreza, chegando à conclusão que em ambas abordagens Portugal, Grécia e Espanha são os países mais pobres.

Gouveia e Rodrigues (2003) desenvolveram um estudo para analisar a utilidade e eficiência das pensões mínimas. Neste estudo analisaram a desigualdade, a pobreza e a distribuição e fontes de rendimento. No estudo é possível verificar que as principais fontes de rendimento da população portuguesa são os rendimentos do trabalho por conta de outrem, seguido das pensões de velhice e dos rendimentos não monetários (autoconsumo, autolocação, entre outras). Apesar de não estudar a riqueza em Portugal, acaba por efetuar uma caracterização das fontes de rendimento da população portuguesa.

No mesmo ano, Rodrigues (2003) desenvolveu um estudo sobre a desigualdade e pobreza em grupos com a idade da reforma, para Portugal. O estudo abordou a distribuição de rendimentos, desigualdade, pobreza e adequabilidade das políticas sociais à população idosa em Portugal. Em termos de rendimento, o estudo mostra que a população mais idosa é a que tem rendimento e consumo relativo mais baixo, tendo como principal fonte de rendimento as transferências sociais. Em termos da desigualdade, o estudo mostra que esta



é superior entre a população idosa, e as diferenças geográficas tendem a acentuar mais a desigualdade, comparativamente a outros fatores. Do mesmo modo, verifica-se que existem mais pobres na população idosa, sendo isto ainda mais significativo para famílias sem trabalho e localizadas em zonas rurais. Em termos da assistência social, verifica-se que esta contribui para a redução da pobreza. Para melhor analisar as conclusões retiradas deste estudo, apresento a tabela 2 abaixo:

**Tabela 2 – Conclusões do Estudo de Rodrigues (2003)**

<b>Área de estudo</b>	<b>Conclusões</b>
<b>Distribuição de Rendimento e Consumo</b>	<p>Famílias dentro do grupo etário da reforma têm um rendimento relativo inferior às famílias dentro do grupo etário da vida ativa. Para além disto, famílias em áreas rurais estão em pior situação que as famílias em áreas urbanas.</p> <p>Famílias no grupo etário da reforma têm um consumo relativo inferior às famílias no grupo etário da vida ativa, e dentro do grupo etário da reforma, famílias no grupo etário de mais de 75 anos estão piores que no grupo dos 65 aos 74. Para além disto, o rácio de consumo é inferior ao rácio de rendimento para as famílias dentro do grupo etário da reforma.</p> <p>A fonte principal de rendimento para as famílias do grupo etário da reforma provém das transferências sociais. No entanto, estas são menos importantes para as famílias nos quantis de rendimento mais elevados, comparativamente com as famílias nos quantis de rendimento mais baixos.</p> <p>As despesas de consumo mais usuais para as famílias dentro do grupo etário da reforma são em alimentação, habitação e saúde.</p>
<b>Desigualdade</b>	<p>A desigualdade é superior entre as famílias na faixa etária da reforma do que entre famílias na vida ativa. Mais aprofundadamente, a desigualdade é superior para famílias dentro do grupo de 75 ou mais anos.</p> <p>A desigualdade é superior nas áreas rurais para os homens solteiros e famílias sem emprego.</p> <p>Diferenças entre grupos etários têm pouca importância na desigualdade total. No entanto, para as famílias dentro da faixa etária da reforma, diferenças geográficas são relativamente mais importantes para a desigualdade total do que diferenças no tipo de famílias, ou condição de emprego.</p> <p>A decomposição do rendimento por fatores de composição mostra que o rendimento do trabalho e o capital têm maior peso na desigualdade total do que no rendimento total, e as despesas em vestuário, habitação, transportes, comunicações, recreação e cultura pesam mais na desigualdade total do que nas despesas totais.</p>
<b>Pobreza</b>	<p>Em termos relativos, existem mais famílias pobres no grupo etário da reforma do que no grupo da vida ativa.</p> <p>No grupo da reforma, existem mais famílias pobres com pessoas solteiras do que com casais. No entanto, de maneira geral os casais contribuem mais para a pobreza total. Para além disto, existem mais famílias pobres nas áreas rurais do que nas urbanas e as famílias em áreas rurais contribuem relativamente mais para a pobreza total. Por último, famílias desempregadas contribuem significativamente mais no total da pobreza do que famílias empregadas e existem mais pobres desempregados do que empregados.</p>
<b>Políticas de assistência social</b>	<p>Políticas de assistência social contribuem para a redução da pobreza e esta redução é mais significativa para os limiares mais baixos da pobreza.</p> <p>Casais beneficiam relativamente mais das transferências sociais que as famílias de solteiros. Do mesmo modo, mulheres solteiras beneficiam relativamente mais das transferências sociais que os homens solteiros.</p> <p>Distribuindo as famílias em termos geográficos e estado do emprego, as políticas de assistência social parecem estar mal direcionadas. Por esta razão, famílias em áreas</p>

rurais mostram níveis mais elevados de pobreza mas as famílias nas áreas urbanas beneficiam mais das transferências sociais. Do mesmo modo, os desempregados têm níveis de pobreza superior, mas são as famílias empregadas que beneficiam mais das transferências sociais.
---

Fonte: Adaptado de Rodrigues (2003)

Ferreira (2004) desenvolveu um estudo com o objetivo de investigar os principais aspetos da dinâmica de rendimentos e a persistência da pobreza monetária em Portugal, realizando uma análise à distribuição dos rendimentos num painel representativos das famílias portuguesas, compreendendo assim o padrão de mobilidade e qualificando e quantificando a dimensão da persistência de pobreza. As conclusões retiradas pelo autor sobre a situação portuguesa no contexto europeu foram as seguintes:

- Em termos de rendimentos e sua distribuição, Portugal é classificado como tendo um fraco nível médio de rendimentos, a que se associam níveis elevados de desigualdade e incidência de pobreza, e ainda uma distribuição extremamente assimétrica com uma disparidade acentuada entre os níveis de rendimento dos estratos mais ricos em relação aos estratos mais pobres da sociedade;
- Os grupos na sociedade mais atingidos pelos baixos rendimentos e pela pobreza são famílias com idosos, famílias monoparentais e famílias de casais com três ou mais crianças;
- Persistência de baixos rendimentos, levando a uma alta vulnerabilidade à pobreza;
- Existência de pobreza crónica em Portugal: percentagens elevadas de indivíduos e famílias que não conseguem superar as condições de insuficiência de recursos monetários, existindo também situações de privação cumulativa, sendo progressivamente mais difícil romper os ciclos de desvantagem em que se encontram;
- Presença de transmissão inter-geracional da pobreza: através da negação de condições de desenvolvimento pessoal às crianças e jovens persistentemente desfavorecidos no que toca aos recursos dos seus agregados familiares;
- Incidências de pobreza monetária nos jovens de 16 anos superior à incidência na população em geral, levando assim a que estes indivíduos tenham uma posição de desvantagem inicial no seu percurso de formação, limitando assim as oportunidades futuras;

- Existência de um sistema de proteção social insuficiente e ineficaz face ao objetivo de redução de pobreza.

Gouveia e Rodrigues (2004) estudaram as características redistributivas das pensões mínimas através da análise dos Orçamentos Familiares de 2000. Neste estudo analisaram assim a distribuição do rendimento, a desigualdade e a pobreza através de vários indicadores, dos quais podemos mencionar o Coeficiente de Gini<sup>8</sup> para a desigualdade e as medidas FGT<sup>9 10</sup> para a pobreza. Os autores concluem que as pensões mínimas são instrumentos caros e ineficazes de solidariedade, visto apenas 31,25% das pessoas que vivem em agregados familiares que recebem pensões mínimas são pobres. Para os autores, a Segurança Social, na sua componente de solidariedade, deverá abordar uma nova lógica, abandonando os objetivos de convergência para o salário mínimo, inserindo condições de melhor redistribuição de recursos nos programas.

Ferreira (2005) avalia a extensão à qual as políticas sociais são dirigidas à pobreza crónica dos países a sul da Europa, no caso particular de Portugal. Analisando o PIB e os gastos públicos, o autor verifica que Portugal tem os valores mais baixos da UE 15 para ambas variáveis.

Alves (2009) desenvolveu um estudo Portugal, no período de 2005/2006, analisando a distribuição de despesa e rendimento, os principais indicadores de despesa e rendimento,

---

<sup>8</sup> Abordado mais à frente neste trabalho.

<sup>9</sup> FGT - Medida de pobreza propostas por Foster, Greer e Thorbecke (1984):  $P_{\alpha}(y; z) = \frac{1}{n} \sum_{i=1}^q \left( \frac{g_i}{z} \right)^{\alpha}$

Onde: n – Total de indivíduos da população;  $g_i = z - y_i$ , sendo z – linha de pobreza (com  $z > 0$ ) e  $g_i$  o intervalo de pobreza (desfasamento entre o rendimento e a linha de pobreza); q – número de pobres (abaixo da linha de pobreza)

Condições:  $G_i = 0$  se o rendimento de i ( $Y_i$ ) for superior ou igual a Z (situação de não pobreza) e  $G_i = (Z - Y_i)$  se estivermos em situação de pobreza; O parâmetro  $\alpha$  ( $\alpha \geq 0$ ) representa o índice de sensibilidade da pobreza:

- Se  $\alpha=0$  obtemos o *headcount ratio*
- Se  $\alpha=1$  obtemos o intervalo de pobreza (PG)
- Se  $\alpha=2$  obtemos o índice de severidade de pobreza.

Esta característica de decomposição da medida de Foster et al (1984) é uma das suas características mais interessantes. Vinte e cinco anos mais tarde os mesmos autores (J. Foster, Greer, & Thorbecke, 2010) realizaram uma revisão sobre o impacto desta medida de pobreza na literatura, verificando que a sua contribuição foi dividida em três áreas:

1. Introduziu uma nova classe de medidas de pobreza compreensíveis, com base teórica sólida e aplicáveis;
2. Ajudou a justificar as medidas utilizando axiomas novos e práticos;
3. Fornecer uma ilustração concreta da nova tecnologia existente na altura.

<sup>10</sup> Exemplos de estudos que referem a medida FGT: (Atkinson, 1987, Basarir, 2008, Foster et al, 2010, Foster, 2009, Gouveia e Rodrigues, 2004, Ravallion, 1992, Rodrigues, 2003, Subramanian, 2004)

calculando e decompondo a incidência de pobreza (através do cálculo da medida FGT) e desenvolvendo ainda um modelo *Probit* para o cálculo da probabilidade de pobreza dado um conjunto de variáveis sociais. Do estudo realizado é possível enumerar as seguintes conclusões sobre a pobreza em Portugal:

- Em 2005/2006 cerca de 2 milhões de portugueses eram pobres, dos quais 300.000 eram crianças;
- Os agregados familiares mais vulneráveis à pobreza são as famílias em que um ou mais adultos estão desempregados, famílias de idosos (isolados ou casados) com baixos níveis de educação, famílias compostas por um adulto desempregado e com filhos, e famílias numerosas com pelo menos um adulto desempregado;
- A participação no mercado de trabalho e níveis elevados de educação diminuem a probabilidade de pobreza.

Rodrigues e Andrade (2010) efetuaram uma análise à pobreza em Portugal entre 2005 e 2008 e concluíram que na sociedade portuguesa três grupos sociais são particularmente vulneráveis à pobreza, sendo estes: famílias de pais solteiros, famílias alargadas com crianças e os desempregados. Estes grupos têm níveis elevados de incidência e intensidade de pobreza monetária e privação material. Para os autores, a situação mais preocupante da sociedade portuguesa é a pobreza infantil. No mesmo ano, o estudo de Peichl et al (2010), numa análise à União Europeia, verificam que de maneira geral, países vizinhos têm as mesmas características, indicando então que os países da Europa Continental e Nórdica têm menores níveis de pobreza, enquanto os países do Sul e Este Europeus detêm maiores níveis de pobreza, estando Portugal incluído neste último grupo.

Mais recentemente Crespo, Moreira e Simões (2011), no período de estudo de 2009, efetuaram uma análise para determinar a probabilidade de pobreza, riqueza e desigualdade, em várias realidades portuguesas. Desta análise concluíram que a probabilidade de pobreza aumenta nas seguintes situações, sendo estas verificadas em Portugal: em habitações com apenas um adulto, ou um ou mais adultos com crianças dependentes; nas habitações onde a fonte de rendimento é composto por benefícios sociais; desempregados; casais casados onde um deles está desempregado.

## **2.4 - Pobreza Monetária e Privação Material**

A natureza monetária da pobreza representa a incapacidade financeira das famílias ao terem rendimentos inferiores à linha de pobreza. Por definição, rendimentos abaixo da linha da pobreza indicam rendimentos abaixo dos considerados “necessários” para o bem-estar na sociedade.

Existem estudos que consideram a vertente monetária como o principal método de análise da pobreza visto ser mais fácil de quantificar, e consequentemente de calcular (Blackwood e Lynch, 1994, Boltvinik, 1998, Ferreira, 2004, Laderchi e House, 2000, Ravallion, 1991, Rodrigues, 1999), permitindo deste modo o cálculo de medidas de pobreza com base monetária, possibilitando comparações espaciais. No entanto a esta dimensão monetária temos de acrescentar a preocupação em analisar a dimensão material da pobreza, isto é, analisar de que forma as pessoas são afetadas pela incapacidade de atingir um certo padrão de vida.

Grande parte dos estudos sobre a pobreza, descrevem a população pobre referindo a incapacidade financeira, quantificam o número de pobres e ainda analisam a quantificação dessa mesma pobreza através da severidade da pobreza, utilizando medidas da pobreza monetária. No entanto, esta análise deve ver não só quão pobres as pessoas são, mas também, de que modo as pessoas são afetadas pela incapacidade de obter um certo padrão de vida e consumo básicos. Conforme indicado por Rodrigues e Andrade (2010), ser pobre não significa apenas não ter dinheiro, mas reflete também a falta de acesso a determinados recursos necessários para disfrutar um mínimo de bem-estar e de participação na sociedade onde estão inseridos. Para estes autores, se um indivíduo é pobre e sofre de privação material, então é definido como consistentemente pobre.

De acordo com Lok-Dessallien (1999), a privação é uma das realidades da pobreza e pode ser dividida entre privação fisiológica e privação social. A privação fisiológica refere-se à falta de rendimentos, comida, vestuário e abrigo, enquanto a privação sociológica refere-se às questões estruturais da pobreza, como o não acesso às mesmas infraestruturas de saúde e educação que os não-pobres. Deste modo a privação sociológica demonstra as situações de desigualdade no acesso a serviços considerados essenciais na sociedade.

Outros autores referem estas privações como sendo privações materiais, considerando mesmo que estas definem a pobreza (Osmani, 1981). Para Osmani, a privação material pode ser dividida entre sendo absoluta ou relativa. Para o autor, a privação relativa aproxima-se ao conceito de desigual no sentido em que nem todos os indivíduos caracterizados como pobre sofrem as mesmas privações. Por outro lado, a privação absoluta refere-se à noção absoluta da pobreza (nomeadamente fome, exposição aos elementos da natureza por falta de habitação, entre outros) que merece consideração independentemente da relatividade interpessoal. É no entanto de salientar, que um conceito não é superior ao outro, sendo mesmo considerado pelo autor que a privação absoluta refere-se à medição da pobreza em si, enquanto a privação relativa tem a ver com o modo como a relatividade interpessoal afeta a intensidade da pobreza, pelo que ambas devem ser consideradas na análise à pobreza.

Para Bossert et al (2009) as políticas sociais europeias com o objetivo de apoiar as famílias mais necessitadas seriam mais adequadas se tivessem melhores informações sobre a pobreza e privação material das famílias. Deste modo e devido a multidimensionalidade da pobreza, políticas baseadas apenas na natureza monetária da pobreza, sem considerar tanto a noção de privação material como à própria vertente social e humana da pobreza, podem não obter os resultados propostos.

Por esta relação entre pobreza monetária e privação material, uma análise à situação de pobreza de determinada sociedade tem de considerar medidas/indicadores de ambas realidades, de modo a fornecer assim uma imagem clara e caracterizadora da pobreza. Para completar melhor a análise, índices sociais devem ser também considerados.

Para medir o nível de privação material, Guio (2005) escolheu um conjunto de 11 indicadores através da Eurostat englobando as dimensões de pressão económica, bens duráveis e características de habitação, visíveis na tabela 3:

**Tabela 3 – Indicadores de privação material**

<b>Dimensões</b>	<b>Indicadores</b>
<b>Pressão Económica</b>	Impossibilidade de pagar uma semana de férias fora de casa
	Impossibilidade de pagar despesas com renda, hipotecas ou outras despesas de semelhantes
	Impossibilidade de pagar uma refeição de carne, peixe ou frango a cada dois dias
	Impossibilidade de pagar aquecimento na habitação
<b>Bens Duráveis</b>	Inexistência de uma TV a cores na habitação
	Inexistência de um telefone na habitação
	Inexistência de uma viatura própria na família
<b>Condições de Habitação</b>	Existência de infiltrações
	Falta de luminosidade suficiente
	Existência de banheira ou chuveiro
	Existência de autoclismo interno para utilização única da habitação

Fonte: Adaptado de Guio (2005).

Utilizando esta abordagem dos indicadores, um indivíduo é considerado pobre se verificar no mínimo dois indicadores nas dimensões conjuntas de pressão económica e bens duráveis, e um indicador na dimensão das condições de habitação (totalizando assim 3 privações).

## **2.5 - Pobreza e Desigualdade**

Diferentes níveis de pobreza e diferentes níveis de riqueza levam a situações de elevadas desigualdades dentro da mesma sociedade. Por esta razão, não é importante apenas medir a pobreza e analisa-la numa determinada sociedade, como também é necessário analisar o nível de desigualdade e a riqueza (e sua distribuição) na mesma.

Para analisar os níveis de desigualdade de determinada sociedade existem alguns métodos já desenvolvidos por estudos anteriores: realização de estudos à distribuição de rendimentos (Ferreira, 2004, Rodrigues, 1999) , análise das medidas de desigualdade (Blackwood e Lynch, 1994) ou ainda a criação de mapas de pobreza que demonstrem visivelmente a realidade da pobreza e a distribuição de rendimentos na sociedade (Deichmann, 1999). Encontrar a relação existente entre pobreza e desigualdade (Atkinson, 1987) é bastante intuitiva, pois desigualdade de rendimentos facilmente leva a situações de pobreza (relativa).

Conforme verificado por Blackwood e Lynch (1994), pobreza e desigualdade do rendimento são conceitos de difícil definição e medição, existindo por isso mesmo inúmeras definições e medidas para ambos termos. No entanto, os autores concluem que de maneira geral, as medidas de pobreza e desigualdade estão baseadas, pelo menos em

parte, em julgamentos de valor sobre o que é considerado mais importante para o bem-estar humano. Por esta mesma razão, os políticos devem selecionar de entre as várias medidas, aquela que melhor represente os seus valores e princípios. As medidas de desigualdade apresentadas pelos autores podem ser divididas em dois grupos: Medidas de Rendimento Absoluto e Medidas de Rendimento Relativo. As Medidas de Rendimento Absoluto indicam o bem-estar geral da população, considerando este bem-estar em função dos rendimentos individuais dos indivíduos. O segundo grupo de medidas (Rendimento Relativo) indica o grau de desigualdade na distribuição do rendimento e fornecem informações ao nível da pobreza absoluta<sup>11</sup>.

Hoffmann (2000) desenvolveu um estudo sobre a desigualdade e pobreza no Brasil, abordando as principais medidas de desigualdade e pobreza e ilustrando a sua aplicabilidade e principais características da distribuição de rendimento no Brasil. Este autor não tentou relacionar a pobreza e a desigualdade num modelo econométrico, criando antes uma equação dos rendimentos das famílias brasileiras (isto é, um modelo econométrico que tem como variável dependente o rendimento). Em termos práticos, este estudo apenas calcula as diferentes medidas de pobreza e desigualdade para o Brasil, para fornecer uma imagem da situação das famílias brasileiras.

Numa publicação do Centro Internacional de Pobreza (*International Poverty Centre*<sup>12</sup>) focado na pobreza e desigualdade no ano de 2007, são apresentados vários estudos sobre a pobreza e desigualdade global (Chaudhuri e Ravallion, 2006, Costa, Medeiros e Osório, 2006, Davies et al, 2006, Ferreira, 2006, Gustafsson, Shi e Sicular, 2006, Kremer, 2006, Medeiros, 2006, Milanovic, 2006, Palma, 2006, Stanton, 2006, Stewart, 2006, Watkins, 2006).

De acordo com o Relatório de Desenvolvimento Humano de 2010 (Klugman, 2010), um desenvolvimento desigual não é um desenvolvimento humano. Neste relatório, igualdade e o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)<sup>13</sup> estão sistematicamente relacionados devido à noção que países com um IDH elevado tendem a ser mais equitativos, sendo esta

---

<sup>11</sup> As Medidas de Rendimento Relativo apresentadas no estudo de Blackwood e Lynch são: Curva de Lorenz, Coeficiente de Gini e Curva de Lorenz Generalizada.

<sup>12</sup> *International Poverty Centre* – projeto conjunto entre o Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas e o Brasil para promover a cooperação na pesquisa avançada da pobreza. É especializada na análise da pobreza e desigualdade e apresentação de recomendações para políticas sociais.

<sup>13</sup> Estudo que também menciona o IDH na medida da desigualdade: Lemos (2005)



consistente com o conceito de que ao reduzir a desigualdade melhora-se um conjunto abrangente de resultados em termos de saúde e educação, bem como de crescimento económico. O relatório caracteriza a situação mundial em termos de desigualdade, analisando para isso o Coeficiente de Gini, os componentes do rendimento e as disparidades entre as sociedades em termos das privações de saúde e educação, acesso a serviços públicos e distribuição de rendimentos, e ainda as disparidades entre géneros. Apesar de este relatório não procurar obter uma ligação direta entre pobreza e desigualdade, mostra que quando prevalecem situações de pobreza, os níveis de desigualdade também são afetados, pelo que o desenvolvimento de um país tem de ter em conta não só a pobreza como a desigualdade, optando por uma vertente mais humana do desenvolvimento.

Araar e Dulcos (2010) exploraram a ligação entre pobreza e desigualdade através da análise do impacto na pobreza de alterações na desigualdade de rendimentos e ainda de alterações das desigualdades entre e dentro de grupos. Deste modo, os autores fornecem um instrumento que liga a pobreza e a desigualdade de uma perspetiva microeconómica. As conclusões mais importantes deste estudo indicam-nos o seguinte:

- As elasticidades entre pobreza e desigualdade podem depender em grande parte da distribuição inicial dos rendimentos, sendo que estas elasticidades irão evoluir à medida que a distribuição do rendimento também evolua;
- O impacto na pobreza de uma alteração aprofundada na desigualdade dentro dos grupos é superior ao impacto provocado por alterações na desigualdade entre grupos, sugerindo deste modo que as políticas criadas com o objectivo de diminuir a desigualdade dentro dos grupos terá um maior impacto na pobreza do que políticas criadas para diminuir a desigualdade entre grupos;
- Políticas contra a pobreza irão ter impactos tanto no nível de pobreza como na própria desigualdade.

A medida usada neste estudo para analisar a desigualdade é o Coeficiente de Gini<sup>14</sup>, obtido a partir da base de dados da EU-SILC - Eurostat. Xu (2003) representa de modo resumido e concreto a evolução desta medida desde o seu aparecimento em 1912. Verifica-se que

---

<sup>14</sup> Sendo também referido como índice de Gini.

desde essa data, o Coeficiente de Gini tem sido usado como a principal medida de desigualdade na área económica. Esta medida pode ser utilizada para analisar a dispersão da distribuição do rendimento, riqueza, ou qualquer outro tipo de distribuição, sendo mais utilizada no estudo da distribuição do rendimento. Xu (2004) verifica que o Coeficiente de Gini pode ser calculado com base em várias abordagens, sendo estas a abordagem geométrica, a das diferenças médias, a da covariância e a da forma matricial, estando sempre associado à função de bem-estar social.

De acordo com a Eurostat, o Índice de Gini é definido como a relação entre parcelas cumulativas da população de acordo com o nível de rendimento equivalente disponível, e parcelas cumulativas do total do rendimento equivalente disponível recebido pelos mesmos<sup>15</sup>.

---

<sup>15</sup> Eurostat – descrição da variável.



### 3 – Dados e Metodologia

A parte metodológica deste estudo será dividida em duas fases. Numa primeira fase pretendo caracterizar a sociedade portuguesa com base na evolução das variáveis de estudo de pobreza e desigualdade utilizados na metodologia. Na segunda fase irei desenvolver uma análise empírica à pobreza em Portugal, baseando-me no estudo de Addison (2007).

Os dados utilizados neste estudo foram retirados do Eurostat, obtidos através das estatísticas de rendimento e condições de vida da UE (EU-SILC: *European Union Statistics on Income and Living Conditions*), para um período de 2002 a 2010. Esta base de dados foi a mesma utilizada no estudo de Addison (2007)<sup>16</sup>, entre outros estudos, e baseia-se num instrumento cujo objetivo advém da aquisição de microdata multidimensional comparável (temporal e espacialmente) sobre rendimento, pobreza, exclusão social e condições de vida. Este instrumento está fundeado no Sistema Estatístico Europeu (ESS – *European Statistical System*).

Os dados retirados dividem-se nas cinco variáveis necessárias à elaboração do modelo econométrico (apresentado no subcapítulo 3.2), sendo estas:

- Percentagem da população abaixo da linha de pobreza, estabelecida a 60% do rendimento médio equivalente;
- PIB per capita real, em euros por habitante;
- Percentagem da população com 65 ou mais anos de idade;
- Percentagem da população dos 0 aos 15 anos de idade;
- Coeficiente de Gini.

Para a análise econométrica da estimação da regressão linear foi utilizado o software Eviews, versão 5.1.

#### 3.1 - Caracterização da Situação Portuguesa

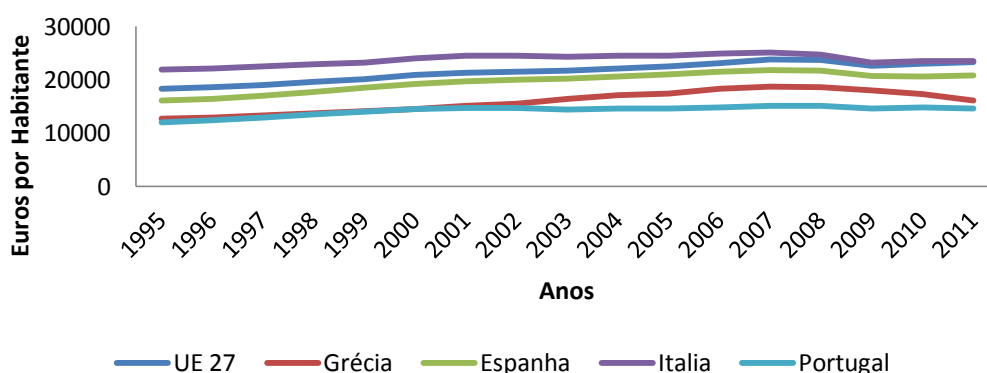
Nesta parte do trabalho pretendo realizar uma análise gráfica da evolução da situação portuguesa relativamente às variáveis utilizadas na metodologia, bem como uma análise comparativa entre Portugal e a União Europeia (UE-27), e ainda entre Portugal e os seus países “vizinhos” do Sul da Europa (Espanha, Grécia e Itália). Deste modo, são

---

<sup>16</sup> Exemplos de estudos que utilizaram a mesma base de dados: Bossert et al. (2009); Peichl et al. (2010)

apresentados os gráficos 1 a 5 referentes à população abaixo da linha de pobreza (estabelecida a 60%), ao Coeficiente de Gini, à percentagem da população com 15 ou menos anos de idade, com mais de 65 anos de idade e ao PIB *per capita*, para os países mencionados.

**Gráfico 1 – Evolução do PIBpc real**

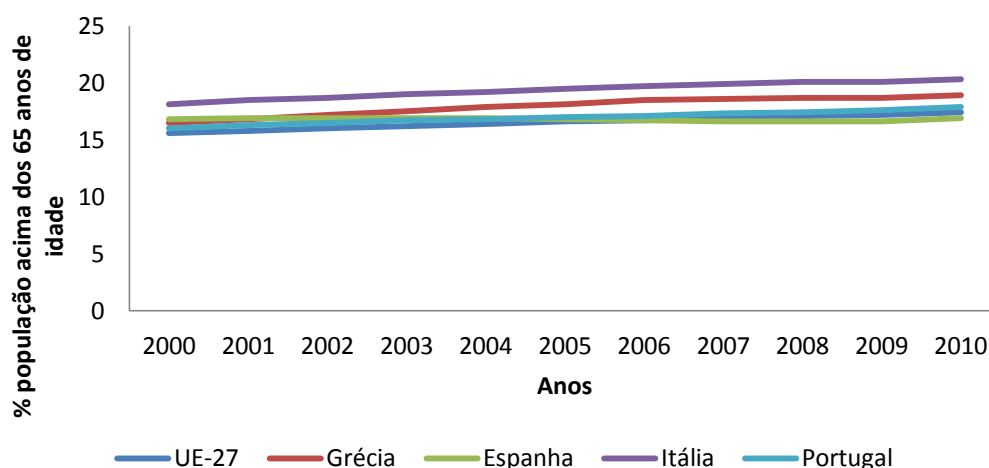


Elaboração própria; Dados retirados da Eurostat (EUSILC)

Efetuada uma análise gráfica às variáveis utilizadas no modelo econométrico (apresentado no subcapítulo 3.2 – Análise Empírica – Modelo e Estimação), é possível fazer uma caracterização da sociedade portuguesa com base na pobreza, desigualdade, riqueza e população. Relativamente ao Gráfico 1 referente à evolução do PIB *per capita* real (por habitante) é possível verificar que para Portugal os valores têm-se mantido bastante constantes desde 1995. Comparativamente à situação europeia (UE-27) e aos países vizinhos do Sul da Europa (Espanha, Itália e Grécia), verifica-se que o PIB *per capita* real por habitante em Portugal é bastante inferior, sendo visível em 2011 uma diferença de cerca de vinte mil euros por habitante em relação à Itália e à UE-27, estando no entanto mais próximo do PIB *per capita* real por habitante da Grécia.

Analisando a evolução da percentagem da população com mais de 65 anos de idade (gráfico 2) verifica-se que em todos os países analisados se deu um aumento progressivo mas de pequena escala de 2000 até 2010. Os países mais próximos dos valores da UE-27 são Espanha e Portugal, verificando em 2010 valores pouco acima dos 15% do total da população. O país com população mais envelhecida é a Itália, estando quase 3% acima da média europeia. Em termos da população envelhecida, Portugal surge assim dentro da média europeia, tendo esta vindo a aumentar lentamente.

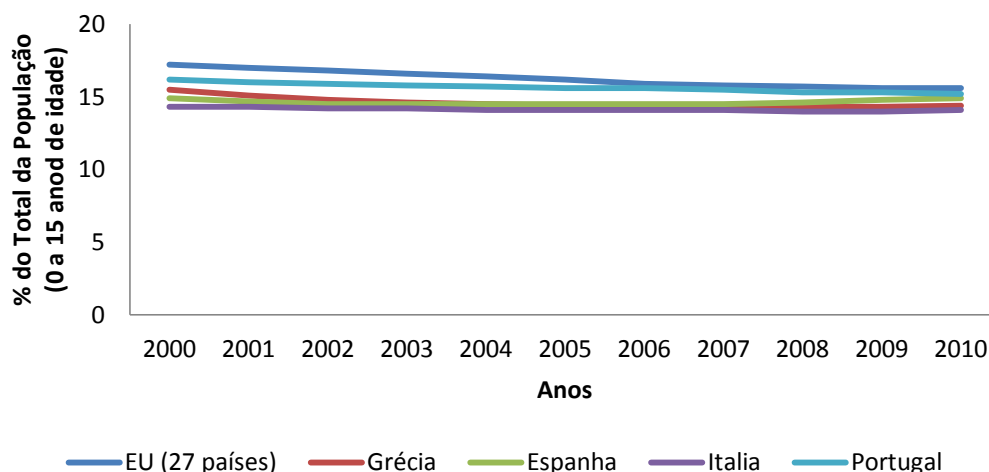
**Gráfico 2 – Evolução da População com mais de 65 anos**



Elaboração própria; Dados retirados da Eurostat (EUSILC)

Relativamente à evolução da população infantil (gráfico 3), é possível verificar que para Grécia, Itália e Espanha, a percentagem de jovens (abaixo dos 15 anos de idade) tem-se mantido bastante constante desde 2000, analisando-se ainda que Portugal se encontrou mais próximo dos níveis europeus, apresentando uma ligeira diminuição desde 2000.

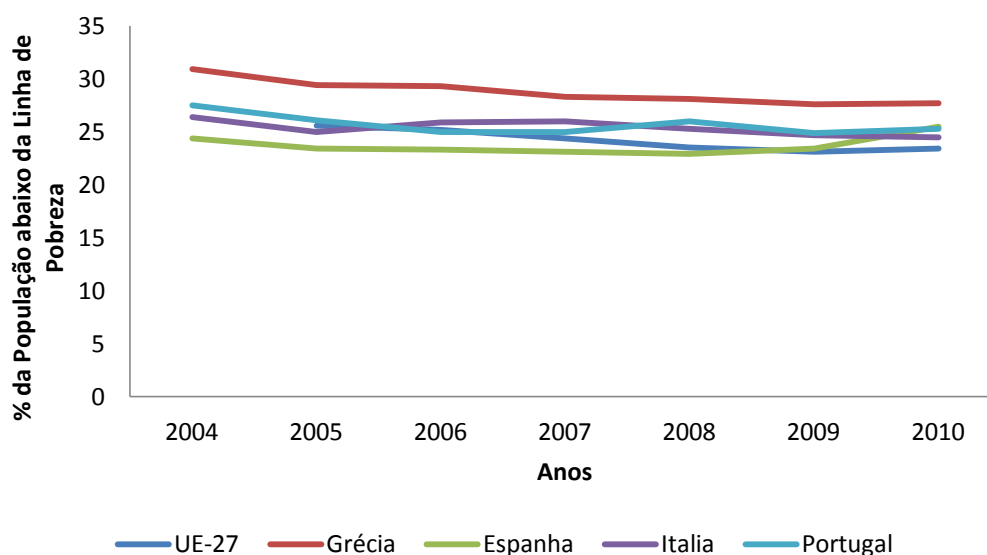
**Gráfico 3 – Evolução da População Infantil**



Elaboração própria; Dados retirados da Eurostat (EUSILC)

Analisando a evolução da Taxa de Pobreza em Portugal, presente no gráfico 4, comparativamente com a UE-27, Espanha, Grécia e Itália, verifica-se que o país com a taxa de pobreza mais elevada é a Grécia, seguindo-se por Portugal, Espanha e Itália, estando todos acima da UE-27 em 2010. Apesar de estarmos com uma taxa de pobreza acima da média europeia, verifica-se que desde 2004 esta tem vindo a diminuir.

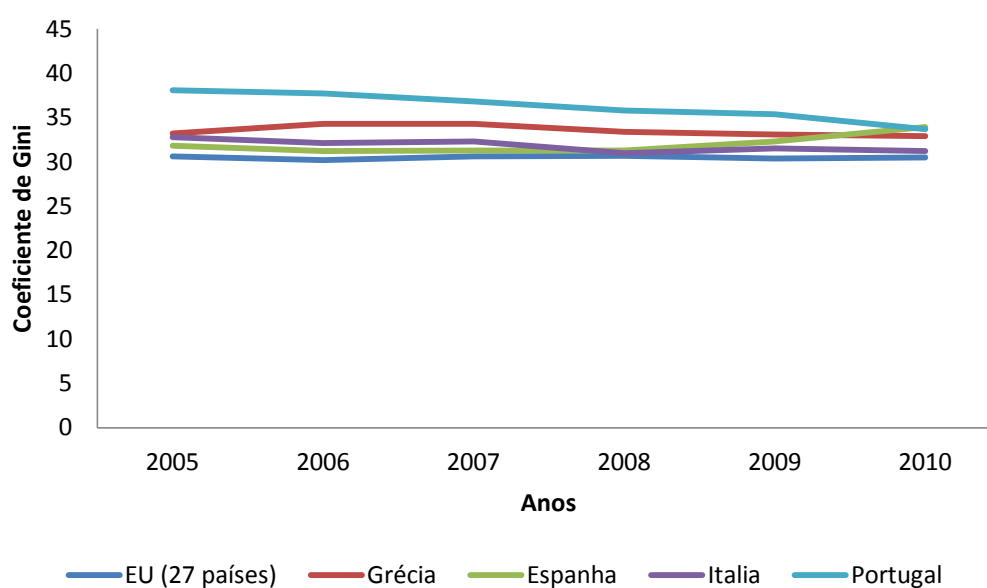
**Gráfico 4 – Evolução da Taxa de Pobreza**



Elaboração própria; Dados retirados da Eurostat (EUSILC)

A última variável analisada refere-se ao Coeficiente de Gini (gráfico 5). Desde 2005 é possível verificar uma diminuição do coeficiente, no entanto, em termos comparativos com a União Europeia e com os países “vizinhos” do Sul da Europa, Portugal apresenta os níveis mais elevados, mostrando assim a existência de uma desigualdade acentuada no país.

**Gráfico 5 – Evolução do Coeficiente de Gini**



Elaboração própria; Dados retirados da Eurostat (EUSILC)

Assim, Portugal surge caracterizado como uma sociedade com baixos rendimentos, cada vez mais envelhecida, com cerca de 25% da população abaixo da linha da pobreza em 2010, e com uma desigualdade de rendimentos elevada. Esta visão apresenta-se coerente com a analisada pelos vários estudos sobre Portugal, referidos anteriormente.

### 3.2 - Análise Empírica – modelo e estimação

O modelo será estimado com base no método OLS (*Ordinary Least Squares*) com o objetivo de determinar quais os principais determinantes da pobreza. Tomando por base o estudo de Addison (2007), irei basear o meu estudo no modelo (1) para estimação da pobreza em Portugal:

$$(1) \text{pov}_t = \beta_0 + \beta_1 \text{pibpc}_t + \beta_2 \text{pop65}_t + \beta_3 \text{pop15}_t + \beta_4 \log(\text{gini})_t + \mu$$

Sendo:

- $\text{pov}_t$  – Percentagem da população abaixo da linha de pobreza;
- $\text{pibpc}_t$  – PIB per capita;
- $\text{pop65}_t$  – Percentagem da população com 65 ou mais anos de idade;
- $\text{pop15}_t$  – Percentagem da população com 15 ou menos anos de idade;
- $\log(\text{gini})_t$  – Logaritmo do coeficiente de Gini;
- $\mu$  – Erro da estimação.

A primeira fase no estudo empírico implicou a realização do teste Dickey-Fuller em todas as variáveis de forma a testar a sua estacionariedade, e se necessário proceder à sua estacionarização diferenciando as variáveis. Deste modo, foi possível verificar que:

- As variáveis  $\text{pop15}$  e  $\text{gini}$  são estacionárias sem recorrer às diferenças;
- A variável  $\text{pibpc}$  e  $\text{pov}$  é estacionária nas primeiras diferenças;
- A variável  $\text{pop65}$  é estacionária nas segundas diferenças.

Após uma tentativa inicial de estimar o modelo (1) para Portugal, verificou-se que este não era estatisticamente significativo mesmo depois da estacionarização das variáveis. Após retirar a variável  $\text{pop65}$ , visto ser a única que precisou das segundas diferenças para estacionarizar, foi possível obter o modelo (2):

$$(2) \text{pov}_t = \beta_0 + \beta_1 \text{pibpc}_t + \beta_2 \text{pop15}_t + \beta_3 \log(\text{gini})_t + \mu$$



Com este modelo já foi possível obter uma regressão estatisticamente significativa (a 95%), cujo coeficiente de determinação  $R^2$  tem um valor de 99% (tendo o  $R^2$  ajustado um valor de 97%). Foi também inserida uma tendência para descartar a possibilidade da regressão espúria<sup>17</sup> devido ao valor elevado do  $R^2$ .

### 3.3. - Resultados Estimação

Os resultados da estimação são apresentados na tabela 4, sendo também apresentados os resultados do teste de Autocorrelação, Heteroscedasticidade, bem como informações sobre a qualidade do ajustamento e significância do Modelo.

**Tabela 4 – Resultados da Estimação OLS do modelo (2)**

Variável Dependente: POV (% da população abaixo da linha de pobreza)	
Variáveis Explicativas	Coeficientes Estimados
Constante	630,4960 ** (93,24061)
<i>PIBpc</i>	-0,000823 *** (0,000259)
<i>Pop15</i>	-25,14311 ** (5,307022)
<i>Log(Gini)</i>	-54,92470 * (4,861202)
n	7
Período	2004 - 2010
Autocorrelação	
DW	2,9914 ****
Heteroscedasticidade	
F-stat (White)	0,2543 **
Significância do Modelo	
Prob(F-stat)	0,0174 **
Qualidade do Ajustamento	
$R^2$	0,9913
$R^2$ Ajustado	0,9738

\* Nível de Significância 1%

\*\* Nível de Significância de 5%

\*\*\* Nível de Significância de 10%

\*\*\*\* Zona Inconclusiva do teste Durbin-Watson

<sup>17</sup> Regressão Espúria – de maneira simplificada, é uma regressão cujas variáveis aparentam estar relacionadas, mas na realidade essa relação é inexistente.

Analisando a tabela 4 é possível verificar que foram efetuados testes à Heteroscedasticidade e Autocorrelação do modelo. Relativamente ao teste à Heteroscedasticidade, foi efetuado o Teste White, obtendo-se significância estatística para rejeitar a existência de Heteroscedasticidade. O teste Durbin-Watson (DW) usado para testar a Autocorrelação do modelo localizou-se na zona inconclusiva da estatística de teste. Efetuou-se, então, de acordo com Gujarati (2004) uma análise gráfica aos resíduos (anexo nº 2), onde não é possível observar um padrão, pelo que se pode inferir que os resíduos são independentes. Esta análise gráfica permite deste modo afirmar a inexistência de autocorrelação (Gujarati, 2004).

Da estimação apresentada é possível verificar que todas as variáveis estudadas apresentam coeficientes com sinal negativo, indicando que o seu aumento leva à diminuição da pobreza. Comparativamente ao que seria esperado, verifica-se que o sinal negativo do coeficiente do PIB *per capita* está de acordo com o esperado, pelo que uma diminuição do PIB *per capita* real leva ao aumento da percentagem da população abaixo da linha da pobreza correspondente de cerca de 0.0008% (estando de acordo com as conclusões de Addison (2007) no seu estudo à população Norte Americana).

Os resultados mais controversos acabam por ser os referentes às variáveis *pop15* e *log(gini)*. De acordo com Addison (2007) seria de esperar que estas tivessem coeficientes estimados de sinal positivo, no entanto, no caso Português, tal não acontece.

No caso da relação negativa entre desigualdade e pobreza, a estimação indica-nos que um aumento na desigualdade leva a uma diminuição correspondente da população abaixo da linha de pobreza correspondente a 54,92%. Vários estudos também referem esta relação negativa, como por exemplo Arnal e Förter (2009), Sameti e Farahmand (1999) e Fosu (2010). De acordo com o trabalho de Fosu (2010)<sup>18</sup>, uma relação negativa entre pobreza e desigualdade pode ser encontrada em países com rendimentos baixos, devido a falhas nas redistribuições de rendimento dos indivíduos com rendimentos mais elevados para os indivíduos com rendimentos mais baixos<sup>19</sup>, induzindo assim a uma redução da taxa de

---

<sup>18</sup> Fosu (2010) – Estudo que procurou obter uma evidência global comparativa do papel da desigualdade de rendimentos, relativamente ao crescimento do rendimento, na redução da pobreza.

<sup>19</sup> De acordo com Fosu (2010), países com rendimentos baixos levam a que a distribuição de rendimentos (que deveriam diminuir a desigualdade) se concentre muito próximo da linha de pobreza, fazendo com que a redistribuição resultasse possivelmente numa deslocação dos indivíduos acima da linha da pobreza para baixo da linha da pobreza, aumentando deste modo o *Head-Count-Ratio* (HCR) – taxa de pobreza.

pobreza. Numa tentativa de verificar esta situação para o caso português, podemos analisar os níveis de rendimento comparativamente com a União Europeia (Tabela 5).

**Tabela 5 – Distribuição do Rendimento por Quartis**

	EU 27			Portugal		
Ano	1º Quartil	2º Quartil	3º Quartil	1º Quartil	2º Quartil	3º Quartil
2003	ND	ND	ND	ND	ND	ND
2004	ND	ND	ND	4.543	6.916	10.453
2005	9.662	13.488	18.525	4.871	7.195	10.745
2006	9.714	13.583	18.615	5.033	7.311	10.821
2007	9.871	13.931	19.242	5.256	7.573	11.771
2008	10.353	14.520	20.079	5.459	8.143	12.291
2009	10.455	14.624	20.268	5.723	8.282	12.101
2010	10.508	14.750	20.507	5.976	8.678	12.631
2011	6.619	9.500	13.259	5.838	8.410	12.385
	Espanha			Grécia		
Ano	1º Quartil	2º Quartil	3º Quartil	1º Quartil	2º Quartil	3º Quartil
2003	ND	ND	ND	5.412	8.206	12.040
2004	7.005	10.476	14.816	5.908	8.844	13.067
2005	7.110	10.600	15.476	6.413	9.417	13.890
2006	7.638	11.480	16.318	6.540	9.850	14.359
2007	8.017	12.038	17.146	6.718	10.200	15.000
2008	8.739	12.950	18.501	7.280	10.800	15.680
2009	8.920	13.300	19.295	8.000	11.496	16.625
2010	8.539	13.030	18.912	7.976	11.963	17.000
2011	8.107	12.514	18.528	ND	ND	ND
	França			Itália		
Ano	1º Quartil	2º Quartil	3º Quartil	1º Quartil	2º Quartil	3º Quartil
2003	ND	ND	ND	ND	ND	ND
2004	11.250	15.242	20.750	9.194	13.552	19.250
2005	11.704	15.946	21.581	9.725	14.352	20.211
2006	12.083	16.209	21.854	9.706	14.524	20.625
2007	12.228	16.441	21.903	10.003	15.005	21.348
2008	14.271	18.991	25.800	10.675	15.639	21.884
2009	14.469	19.644	26.545	10.711	15.637	22.186
2010	14.773	20.058	27.310	10.944	15.937	22.534
2011	ND	ND	ND	ND	ND	ND

Fonte: Eurostat (EU-SILC); Elaboração própria; ND – Não Disponível.

Na Tabela 5 podemos visualizar a divisão do rendimento por quantis para a UE27, bem como para Espanha, Itália, França, Grécia e Portugal. O 4º Quartil do rendimento não aparece devido à inexistência de dados por parte do Eurostat. Analisando a tabela é possível verificar que Portugal encontra-se sempre abaixo dos níveis de rendimento por

quantis da UE27, e até mesmo dos seus países “vizinhos” do sul da Europa, Espanha, Itália, França e Grécia. Deste modo, a justificação apresentada por Fusco (2010) poderá ser aplicada neste estudo, justificando deste modo, a relação negativa entre a desigualdade e a pobreza em Portugal.

Relativamente à relação negativa entre as variáveis *pop15* e *pov*, esta é contrária à relação verificada noutros estudos (p.e. Addison (2007)), sendo a pobreza infantil uma das mais preocupantes em Portugal nos últimos anos. No entanto, tal como Matsaganis et al. (2005) verificaram no seu estudo sobre a pobreza da população mais jovem e transferências sociais no sul da Europa, as famílias com crianças são assistidas pelo programa de abono de família. Estes abonos são inversamente proporcionais aos rendimentos das famílias, pelo que uma família com rendimentos baixos, receberá um abono superior mediante o número de crianças que tiver, e mediante as idades das mesmas, existindo suplementos nos casos de incapacidades da criança. É verificado neste estudo que os abonos de família aumentam o rendimento disponível das famílias, permitindo mesmo que algumas delas deixem de estar abaixo da linha da pobreza. Para além disto, e em termos da pobreza individual (“*headcount poverty*”), as transferências das famílias reduzem o número de crianças pobres em cerca de dezanove a vinte-e-um por cento em Portugal. No caso de famílias com apenas uma criança, esta redução é de apenas seis por cento. Deste modo, e devido ao abono de família existente em Portugal, é possível verificar que um aumento da população infantil (abaixo dos quinze anos de idade) pode levar a uma diminuição da população abaixo da linha de pobreza correspondente a 25,14%, de acordo com a estimação.



#### **4 - Conclusão**

O presente estudo abordou um tema de grande importância, sobretudo na atual conjuntura económica: a Pobreza e Desigualdade em Portugal e a sua evolução nos últimos anos. A investigação e análise da evolução do conceito da pobreza, revisão de literatura de estudos sobre a pobreza em Portugal, pobreza monetária e privação material e ainda desigualdade, tornou possível sustentar a realização de um estudo empírico sobre os determinantes da pobreza no nosso país. Este estudo revela-se esclarecedor sobre a situação socioeconómica portuguesa num contexto europeu, revelando a sociedade portuguesa em termos populacionais, de desigualdade e de riqueza, comparando-a com a realidade europeia. Para além da caracterização, este estudo permitiu analisar os determinantes da pobreza num contexto português, específico às realidades económicas e sociais do país.

A caracterização da situação portuguesa e sua evolução num contexto europeu, revelou que ainda existem muitos problemas a resolver, e que ainda existe uma necessidade grande em acompanhar a evolução europeia e o seu processo de convergência. Verifica-se que Portugal tem vindo a melhorar nos últimos anos, mas mesmo com essa melhoria continua a ser um dos países do sul da Europa onde se constata maior desigualdade e pobreza, com rendimentos baixos e uma população cada vez mais envelhecida, acentuando assim outros problemas sociais.

Seguindo o estudo de Addison (2007), foi possível apresentar um modelo econométrico de estimação linear explicativo da pobreza (sendo esta estabelecida como a percentagem da população abaixo da linha da pobreza, a 60% do rendimento médio equivalente), apresentando como variáveis explicativas o PIB per capita real, a percentagem da população infantil (abaixo dos 15 anos de idade), e o Coeficiente de Gini (como indicador da desigualdade). Deste estudo concluiu-se que todas as variáveis apresentam uma relação negativa com a pobreza, sendo estes justificados pela realidade portuguesa enquanto sociedade com rendimentos baixos e usufruidora de benefícios sociais como o abono de família. Outros estudos também obtiveram relações negativas entre pobreza e desigualdade, como o estudo de Fosu (2009), Arnal e Förter (2009) e Sameti e Farahmand (1999), validando deste modo os resultados obtidos.

Considero que este tema pode e deve ser ainda mais aprofundado na elaboração de um mapa de pobreza caracterizador e explicativo das diferenças regionais em termos de

pobreza, desigualdade e riqueza e ainda a possibilidade de criar novos modelos de estimação de pobreza, com variáveis distintas que consigam dar uma perspetiva mais abrangente da realidade multidimensional da pobreza, incluindo também a vertente de desenvolvimento humano, essencial para um bem-estar e desenvolvimento da sociedade. Seria também de interesse efetuar uma análise comparativa dos determinantes da pobreza e desigualdade entre os países do sul da Europa, e verificar se as características e realidade portuguesas se verificam nestes países vizinhos, de modo a entender o que podemos melhorar para haver uma maior aproximação ao resto da UE.

## Bibliografia

- Addison, H. (2007). *Empirical Analysis of Poverty and Inequality in West Virginia*. The Selected Works of Hector Addison, in [http://works.bepress.com/hector\\_addison/2/](http://works.bepress.com/hector_addison/2/).
- Adisa, S. (2012). An Empirical Analysis of Determinants of Poverty Among Households in Sardauna Province, Adamawa State Nigeria. *Social Science Research Network*(Working Paper Series), 14.
- Alves, N. (2009). Novos factos sobre a pobreza em Portugal. *Boletim Económico*, 125-154.
- Araar, A., & Duclos, J. Y. (2010). Poverty and inequality: a micro framework. *Journal of African Economies*, 19(3), 357-398.
- Arnal, E., & Förster, M. (2009). Growth, Employment and Inequality in Brazil, China, India and South Africa: An Overview. *OECD Secretariat*.
- Atkinson, A. B. (1987). On the measurement of poverty. *Econometrica: Journal of the Econometric Society*, 749-764.
- Bantilan, M. C. S., Bantilan, F., & De Castro, M. (1992). Fuzzy subset theory in the measurement of poverty. *Journal of Philippine Development*, 19(1), 97-122.
- Baruah, B. (2009). Monitoring progress towards gender-equitable poverty alleviation: the tools of the trade. *Progress in Development Studies*, 9(3), 171-186.
- Basarir, H. (2008). *On the Multidimensional Measurement of Poverty: An Empirical Study on South Africa*.
- Bellù, L. G., & Liberati, P. (2005). *Impacts of Policies on Poverty - The Definition of Poverty*. in [www.fao.org/tc/easypol](http://www.fao.org/tc/easypol).
- Blackwood, D., & Lynch, R. (1994). The measurement of inequality and poverty: A policy maker's guide to the literature. *World Development*, 22(4), 567-578.
- Boltvinik, J. (1998). Poverty measurement methods: An overview. *SEPED Series on Poverty Reduction, UNDP, New York*. in [http://www.undp.org/poverty/publications/pov\\_red/Poverty\\_Measurement\\_Methods.pdf](http://www.undp.org/poverty/publications/pov_red/Poverty_Measurement_Methods.pdf) (January 25, 2005).
- Bossert, W., Chakravarty, S. R., & D'Ambrosio, C. (2009). Multidimensional poverty and material deprivation, Working Paper 12-2009, CIREQ.
- Cavatassi, R., Davis, B., & Lipper, L. (2004). *Estimating poverty over time and space: construction of a time-variant poverty index for Costa Rica*. ESA Working Paper n° 04-21, FAO.



- Chaudhuri, S., & Ravallion, M. (2006). Partially Awakened Giants: Uneven Growth in China and India, Working Paper nº 4069.
- Costa, J., Medeiros, M., & Osório, R. G. (2006). Time Use, Inequality and Well-being. *Wider Angle*(2).
- Costa, M. (2003). A comparison between unidimensional and multidimensional approaches to the measurement of poverty. *IRISS Working Paper Series*.
- Crespo, N., Moreira, S. B., & Simões, N. (2011). An integrated approach for the measurement of inequality, poverty, and richness. *Working Papers*.
- Dagum, C. (2002). Analysis and measurement of poverty and social exclusion using fuzzy set theory. Application and policy implications. *University of Bologna, in* <http://www.indec.mecon.gov.ar/proyectos/sae/dagumcon.pdf>(29.09.2004).
- Davies, J., Sandstrom, S., Shorrocks, A., & Wolff, E. N. (2006). The global distribution of household wealth. *Wider Angle*(2).
- Deichmann, U. (1999). *Geographic aspects of inequality and poverty*. in <http://www.worldbank.org/poverty/inequality/index.htm>.
- Ferreira, F. H. G. (2006). Inequality as Cholesterol. *Wider Angle*(2).
- Ferreira, L. V. (2004). *Dinâmica de rendimentos, persistência da pobreza e políticas sociais em Portugal*: FEP Working Paper nº 178
- Ferreira, L. V. (2005). *Social Protection and Chronic Poverty: Portugal and the southern european welfare regime*: FEP Working Paper nº168
- Foster, J., Greer, J., & Thorbecke, E. (1984). A class of decomposable poverty measures. *Econometrica: Journal of the Econometric Society*, 761-766.
- Foster, J., Greer, J., & Thorbecke, E. (2010). The Foster-Greer-Thorbecke Poverty Measures: Twenty Five Years Later. *Journal of Economic Inequality*.
- Foster, J. E. (2009). *A class of chronic poverty measures*. Chapter.
- Fosu, A. (2010). Inequality, Income and Poverty. *Uni-Wider, Working Paper*(2010/93).
- Fusco, A. (2003). *On the definition and measurement of poverty: The contribution of multidimensional analysis*. Paper presented at the 3<sup>rd</sup> Conference on the Capability Approach: from Sustainable Development to Sustainable Freedom, 7-9 Sept 2003, University of Pavia.
- Gouveia, M., & Rodrigues, C. F. (2004). *PARA QUE SERVEM AS PENSÕES MÍNIMAS?*, 2ª Conferência do Banco de Portugal, Fundação Calouste Gulbenkian.

- Guio, A.-C. (2005). *Material deprivation in the EU*. Statistics in Focus - Population and Social Conditions, (25/2005). Eurostat.
- Gujarati, D. (2004). *Basic Econometrics*, United States Military Academy, West Point (Fourth ed., pp. 441 - 449): Tata McGraw-Hill.
- Gustafsson, B., Shi, L., & Sicular, T. (2006). Inequality and Public Policy in China: Issues and Trends. *Wider Angle*(2).
- Hoffmann, R. (2000). Mensuração da desigualdade e da pobreza no Brasil. *Desigualdade e pobreza no Brasil*. Rio de Janeiro: IPEA, 81-107.
- Klugman, J. (2010). *Human Development Report 2010: The Real Wealth of Nations: Pathways to Human Development*: Palgrave Macmillan.
- Kremer, M. (2006). Globalisation and Inequality within Countries. *Wider Angle*(2).
- Laderchi, C. R., & House, Q. E. (2000). *The monetary approach to poverty: a survey of concepts and methods*: Working Paper nº 58
- Lemos, J. J. S. (2005). *Mapa da exclusão social no Brasil: radiografia de um país assimetricamente pobre*: Fortaleza: Banco do Nordeste.
- Lok-Dessallien, R. (1999). Review of poverty concepts and indicators. *UNDP Social Development and Poverty Elimination Division Poverty Reduction Series from* [http://www.undp.org/poverty/publications/pov\\_red/Review\\_of\\_Poverty\\_Concepts.pdf](http://www.undp.org/poverty/publications/pov_red/Review_of_Poverty_Concepts.pdf).
- Matsaganis, M., O'donoghue, C., Levy, H., Coromaldi, M., Mercader-Prats, M., Rodrigues, C., Tsakloglou, P. (2005). Child poverty and family transfers in Southern Europe. *EUROMOD*.
- Medeiros, M. (2006). Now, the Rich. *Wider Angle*(2).
- Miceli, D. (1998). *Measuring Poverty Using Fuzzy Sets*. National Centre for Social and Economic Modelling. University of Canberra, Discussion Paper nº 38.
- Milanovic, B. (2006). Global Income Inequality. *Wider Angle*(2).
- Mowafi, M. (2004). The Meaning and Measurement of Poverty: A Look into the Global Debate. *Development Gateway Foundation*. in [www.topics.developmentgateway.org/poverty](http://www.topics.developmentgateway.org/poverty).
- Osmani, S. R. (1981). *Conceptual Issues in the Measurement of Poverty: a Synoptical Note*. Ruraql Studies Workshop, BIDS.
- Palma, J. G. (2006). Why is Inequality so Unequal across Countries? *Wider Angle*(2).

- Peichl, A., Schaefer, T., & Scheicher, C. (2010). Measuring richness and poverty: A micro data application to Europe and Germany. *Review of Income and Wealth*, 56(3), 597-619.
- Petrucci, A., Salvati, N., & Seghieri, C. (2004). Autologistic regression model for poverty mapping and analysis. *Metodološki Zvezky*, 1(1), 225-234.
- Ravallion, M. (1992). Poverty comparisons. *Living Standard Measurement Study Working Paper*, 88.
- Ravallion, M., & Lokshin, M. (2006). On the consistency of poverty lines. *Poverty, Inequality and Development*, 15-39.
- Rodrigues, C. (1999). Income distribution and poverty in Portugal [1994/95]: a comparison between the European Community household panel and the household budget survey. *Instituto Superior de Economia e Gestão-DE Working papers*(4-1999).
- Rodrigues, C. (2001). Anti-poverty effectiveness and efficiency of the Guaranteed Minimum Income Programme in Portugal. *Instituto Superior de Economia e Gestão-DE Working papers*(8-2001).
- Rodrigues, C. (2003). *Inequality and Poverty in retirement age groups: an analysis for Portugal*: Economic Research and Forecasting Department, Working Paper n°32
- Rodrigues, C., & Andrade, I. (2010). *Monetary poverty, material deprivation and consistent poverty in Portugal*, artigo apresentado na II Conferência em Memória de Leonor Vasconcelos Ferreira, *Recent debates on poverty and inequality*, FEP
- Sameti, M., & Farahmand, S. (1999). *Spatial analysis of Income Inequality, Poverty and economic Growth in the Euro-Med Zone*. University of Isfaham, Iran.
- Sen, A. (1976). Poverty: an ordinal approach to measurement. *Econometrica: Journal of the Econometric Society*, 219-231.
- Stanton, E. A. (2006). Adjusting the Human Development Index for Inequality. *Wider Angle*(2).
- Stewart, F. (2006). Why Horizontal Inequalities Matter. *Wider Angle*(2).
- Subramanian, S. (2004). A Re-scaled version of the Foster-Greer-Thorbecke Poverty Indices based on an association with the Minkowski Distance Function. *Research Paper 2004*, 10.

- Suryahadi, A., Sumarto, S., & Pritchett, L. (2000). Quantifying vulnerability to poverty: a proposed measure, applied to Indonesia. *World Bank policy research working paper*(2437).
- Waglé, U. R. (2008). Multidimensional poverty: An alternative measurement approach for the United States? *Social Science Research*, 37(2), 559-580.
- Watkins, K. (2006). Inequality and Human Development. *Wider Angle*(2).
- Xu, K. (2003). How has the literature on GINI's Index evolved in the past 80 years? *Dalhousie University, Economics Working Paper*. in <http://www.economics.dal.ca/RePEc/dal/wparch/howgini.pdf>



## ANEXOS

### Anexo 1 - Medidas/Indicadores

Indicadores de pobreza, riqueza e desigualdade mais usados na literatura, à exceção do Coeficiente de Gini (medida de desigualdade) e da medida de pobreza FGT mencionadas na dissertação<sup>20</sup>:

#### Desigualdade

- Relação média entre os ricos e os pobres – medidas que comparam valores da parte dos x% no topo do rendimento no total do rendimento da sociedade com os x% com rendimentos mais baixos;
- Índice de Atkinson – o seu parâmetro ( $\epsilon$ ) captura a aversão à desigualdade, variando entre 0 (indiferença à desigualdade) e  $+\infty$  (correspondente ao critério Rawlsian<sup>21</sup> que valoriza apenas o rendimento dos mais pobres)

$$(3) A(\epsilon) = 1 - \left(\frac{1}{\mu}\right) \left[\frac{1}{n} \sum_i Y_i^{1-\epsilon}\right]^{\frac{1}{1-\epsilon}}$$

- Medidas de entropia generalizada (GE - generalized entropy) – assume os juízos de valor incorporados através do parâmetro  $\alpha$  que representa o peso ponderado das diferenças do rendimento nas diferentes partes da distribuição. A inexistência de desigualdade é dada por  $\alpha$  nulo, sendo que para valores crescentes de desigualdade, o mesmo acontecerá para  $\alpha$ .
- Distribuição de rendimentos por quantis;
- Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) – medida composta de saúde, educação e rendimento. Avalia níveis e progressos usando um conceito de desenvolvimento muito mais abrangente que o rendimento.

#### Pobreza

- Head Count Ratio (HCR ou head count index) – mede a proporção de indivíduos considerados como pobres no total da população; A principal vantagem desta medida é a simplicidade do cálculo e interpretação. Por outro lado, a sua maior

---

<sup>20</sup> As fórmulas para o Índice de Atkinson e as medidas de Foster-Greer-Thorbecke foram retiradas de (Gouveia & Rodrigues, 2004).

<sup>21</sup> Maximin criteria.

desvantagem é a sua insensibilidade à magnitude da pobreza, visto apenas contar os pobres. Agravamentos da pobreza já existente, mantêm este índice inalterado.

- Intervalo de Pobreza (PG poverty gap) – mede o desvio médio do rendimento à linha de pobreza. Deste modo ultrapassamos o primeiro problema do HCR.
- Severidade da Pobreza (poverty severity ou squared poverty gap index) – mede a desigualdade entre os pobres através do cálculo da soma dos intervalos de pobreza ponderados proporcionalmente pelos seus PG. Deste modo, esta medida é afectada com situações de extrema pobreza.

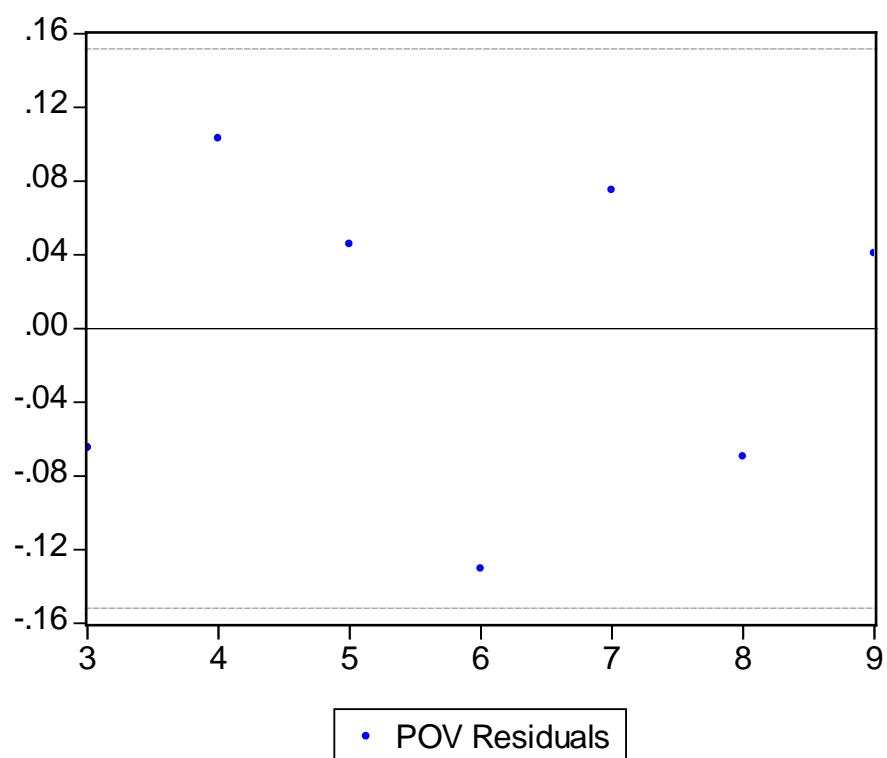
### **Riqueza**

As medidas de riqueza não surgem tão bem representadas nos estudos existentes. Apesar da falta de estudos na área, é possível indicar a seguinte lista de medidas de riqueza:

- Cálculo dos x% no topo da distribuição de rendimentos;
- Cálculo do nº de ricos no total da população (do estilo do *head count ratio*, versão riqueza).
- Profundidade, Intensidade e incidência da Riqueza com base da metodologia usada para o cálculo da profundidade, intensidade e incidência da Pobreza (Crespo, Moreia e Simões, 2011).

De maneira geral, a análise da riqueza é feita pela análise à distribuição dos rendimentos.

## Anexo 2 - Gráfico de Resíduos – Análise à existência de Autocorrelação.



Analisando o gráfico é possível verificar que não existe um padrão de comportamento dos resíduos, permitindo deste modo excluir a hipótese de autocorrelação do modelo.